

A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65 *

William H. Nicholls **

“Os cafeeiros, quais soldados muito verdes,
Marcham, de dois em dois, contra o sertão...”

RONALD DE CARVALHO

1. Introdução 2. Comparação entre a Colonização no Brasil e nos Estados Unidos. 3. O Velho Paraná. Quatro Séculos de Estagnação. 4. A Colonização do Norte do Paraná. 5. A Colonização do Oeste do Paraná. 6. Algumas Conseqüências do Progresso Recente do Paraná. 7. Conclusões.

Em 1872, decorridos mais de três séculos desde o descobrimento do Brasil, o Estado do Paraná, com uma área aproximadamente igual à do Estado de Nebraska, conta somente 127.000 habitantes. Em 1920, sua população ainda era de apenas 686.000 habitantes, o que não excedia em muito a população da *cidade* de São Paulo no mesmo ano. Porém, durante os 45 anos seguintes, o Paraná teve a sua população multiplicada aproximadamente por nove, até atingir 5.844.000 habitantes em 1965, aumento dos mais significantes, visto que consistiu em grande parte (66% no período 1940-60) de crescimento da população *rural*. De fato, no período 1940-60, o aumento da população rural do Paraná representou integralmente 35% do aumento total da população rural do país. Essa espetacular taxa de colonização da mais rica fronteira agrícola do Brasil, ainda que tenha ocorrido muito tarde, foi um reflexo do avanço constante da fronteira dos

* A maior parte desse artigo é resumo de uma análise muito mais extensa que pode ser encontrada no livro de NICHOLLS, William H. & PAIVA, Ruy Miller. *Noventa e Nove Fazendas: A Estrutura e a Produtividade da Agricultura Brasileira*, Capítulo VI. *O Norte do Paraná: Maringá*. Graduate Center for Latin American Studies, Universidade de Vanderbilt, setembro de 1969, espec. p. 1-100.

** Vanderbilt University.

Estados Unidos um século antes. No entanto, até agora, pouca atenção recebeu dos estudiosos. O propósito desse artigo é examinar esse importante fenômeno da história econômica recente do Brasil.

2. Comparação entre a Colonização no Brasil e nos Estados Unidos

Em 1872, a densidade demográfica do Brasil como um todo era de 3 habitantes por milha quadrada, nível ao qual a parte continental dos E.U.A. (comparável em superfície) chegara 55 anos antes (1817), apesar de que neste país a colonização tivesse começado mais de um século depois da do Brasil. Talvez seja mais justo, dados os problemas peculiares da Região Amazônica, fazer-se uma comparação entre o Brasil, excluídas a sua região Norte e metade do Mato Grosso, e os Estados Unidos, excluídos os estados montanhosos colonizados mais tarde. Desta forma, o Brasil (menos a Amazônia) em 1872 tinha uma densidade demográfica de 5,8 hab./milha quadrada, o que os Estados Unidos (excluindo os estados montanhosos) tinham alcançado somente 44 anos antes (1828). Finalmente, os quatro estados do Sul do Brasil, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, tinham em 1872 somente 4,9 habitantes por milha quadrada, nível atingido pelos cinco estados do Centro-Leste dos Estados Unidos (Ohio, Indiana, Ilínois, Michigan, Wisconsin) 46 anos antes (1826). Dentre os quatro estados do Sul do Brasil, o Paraná tinha a mais baixa densidade demográfica em 1872 (1,7 hab./milha quadrada), nível já alcançado por quase todos os estados americanos a leste do Mississipi por volta de 1822 e por todos os outros estados litorâneos do Brasil desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul (assim como por Minas Gerais) bem antes de 1872.

No período 1872-1920, mesmo crescendo consideravelmente mais rápido do que a média nacional, o Paraná teve um aumento na sua densidade demográfica de 1,7 para somente 8,9 hab./milha quadrada — nível alcançado pela Guanabara, pelo Rio de Janeiro e pelos seis estados do Nordeste (desde o Ceará até Sergipe) em diferentes épocas antes de 1872; por São Paulo e Minas Gerais em 1872; pela Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul entre 1890 e 1893 e por Santa Catarina em 1901. O Paraná antecedeu porém o Maranhão, o Piauí e Goiás que somente alcançaram tal densidade respectivamente em 1924, 1942 e 1963. Em 1872, os dez estados do Brasil cuja densidade demográfica era igual ou superior à do Paraná em 1920 — (8,9 habit./milha quadrada) representavam 15% da área total do país ou 30% se excluirmos a Amazônia. No mesmo ano, após um século de constante expansão das fronteiras dos Estados Unidos, todos os

estados americanos a leste do Mississipi (com exceção da Flórida) assim como Iowa, Missouri, Arkansas e Luisiana, tinham uma densidade demográfica superior a 8,9 hab./milha quadrada. A soma das áreas desses estados representava 34% da área total da parte continental dos Estados Unidos ou 62% se forem excluídos do total os estados montanhosos. Essas percentagens, relativas às áreas que em 1872 nesse país excediam a densidade demográfica de 8,9 hab./milha quadrada, são o dôbro daqueles correspondentes às áreas do Brasil que nessa mesma época atingiam tal densidade.

Ainda em 1872, os seis estados do sul e do Centro-Oeste do Brasil, que viriam a proporcionar as fronteiras agrícolas recentes do país, tinham uma densidade demográfica (mesmo excluindo-se metade da área de Mato Grosso) de somente 2,2 hab./milha quadrada; até mesmo São Paulo tinha somente 8,8 e a média dos três outros estados do Sul era de 3,2, densidade demográfica do Texas na mesma época. Seriam necessários os 48 anos seguintes para que o Paraná aumentasse sua densidade demográfica de 1,7 para 8,9 hab./milha quadrada — transição que em 28 dos 48 estados americanos realizou-se num espaço de tempo menor. De fato, a colonização de muitos estados americanos de fronteira foi realmente explosiva; a transição de 1,7 para 8,9 hab. por milha quadrada levou somente 8 anos em Michigan (a partir de 1833) e Oklahoma (a partir de 1889); de 12 a 14 anos em Ohio (a partir de 1801), Wisconsin (a partir de 1842), Iowa (a partir de 1843), Kansas (a partir de 1862) e Nebraska (a partir de 1870); e, finalmente, de 16 a 19 anos no Kentucky (a partir de 1788), Indiana (a partir de 1813), Alabama (a partir de 1816) e Ilínois (a partir de 1824). Essas taxas tão rápidas de colonização nos Estados Unidos foram favorecidas por vastas extensões de terra de excepcional qualidade, através de maciça ação oficial em melhorias internas (canais, estradas com pedágio e estradas de ferro) para dar a essas novas terras acesso a mercados de exportação favoráveis, e através de políticas governamentais de colonização igualitárias, condições tôdas que muito tardaram no Brasil se é que já foram criadas. Talvez seja notável que, dado suas condições menos favoráveis, o Brasil (com ou sem a Amazônia) e seus quatro estados do Sul, tenham alcançado por volta de 1872 as densidades demográficas citadas, com tão pequena diferença de tempo (44 ou 55 anos) em relação às áreas comparáveis dos E.U.A.

Na realidade, é provável que essas comparações internacionais de densidade demográfica, por volta de 1872, não impliquem necessariamente

que o Brasil tivesse até então logrado colonizar muitas de suas fronteiras agrícolas, mas sim em que o seu padrão geográfico de colonização foi consideravelmente diferente daquele dos Estados Unidos. O transcurso da colonização agrícola inicial do Brasil teria sido bem mais parecido com o americano se os Estados Unidos tivessem continuado sua ocupação do sul da *Tidewater* com uma expansão inicial para as regiões áridas e semi-áridas dos estados montanhosos e das grandes planícies ocidentais, deixando para muito mais tarde os estados interiores do Sul, mais hospitaleiros em matéria de clima e os estados do Centro-Norte, mais ricos do ponto de vista da agricultura. Assim, bem antes de 1872, a expansão para o interior do Brasil tinha avançado bastante, a partir do litoral estreito e úmido e do agreste semi-árido para o sertão do Nordeste, vasta área que mal era capaz de sustentar uma população humana muito limitada, com base numa economia de criação extensiva de gado na qual a produção agrícola restringia-se às necessidades de subsistência. Nesse meio tempo, os mais ricos solos do Brasil — além de se encontrarem muito mais espalhados e de serem bem menos extensos do que os dos Estados Unidos — permaneciam cobertos pelas florestas subtropicais e latifoliadas de seus planaltos do centro e do sul de clima mais saudável, e distante da principal corrente político-econômica da História do Brasil até o meio do século XIX.

Na realidade, o ano de 1872 representou um ponto baixo na história agrícola do Brasil. O sertão nordestino estava estagnado e a agricultura tradicional do litoral e de sua área adjacente, que se estendia desde o Maranhão até Rio de Janeiro, e era baseada no trabalho escravo, se encontrava no fim de um longo período de decadência econômica. Nessa época, a expansão das fronteiras agrícolas do sul tinha apenas começado. Desde 1800, o Nordeste vinha sofrendo uma contínua queda de renda real *per capita* na medida em que a produção de cana-de-açúcar ia se deslocando para o sul em direção ao Rio de Janeiro, que também beneficiou-se depois de 1825 do fato do café ter-se tornado a primeira cultura de exportação do Brasil, em detrimento do açúcar de cana e do algodão. Assim permaneceu durante o período de 1845 a 1895 no qual (segundo Celso Furtado), a região cafeeira do Brasil manteve uma satisfatória taxa média de crescimento anual da renda *per capita* de 2,3%.

O Nordeste, na realidade, regrediu enquanto os três estados do Sul mantiveram uma taxa de crescimento de somente 1%.¹

¹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 4.ª edição, Rio de Janeiro, Editôra Fundo de Cultura, 1969, p. 114-116, 126-127 e 163-171.

Claramente, iria caber ao café propiciar a força dinâmica não somente para o desenvolvimento econômico recente do Brasil como também para a expansão muito atrasada de suas fronteiras agrícolas do Sul, de forma bem análoga à da expansão americana de meio século antes. Por volta de 1854, a produtividade da terra rapidamente decrescente no Estado do Rio, cujas técnicas de exploração tinham levado rapidamente à exaustão do solo, à erosão e ao abandono da terra, originara uma expansão da produção do café para as áreas adjacentes do sul de Minas e para o vale do Paraíba em São Paulo. Por volta de 1872, o vale do Paraíba também já ultrapassara o seu auge e, com a recente conclusão (1867) da estrada de ferro ligando as cidades de Santos e São Paulo e a iminente conclusão (1877) da ligação ferroviária entre o Rio e São Paulo, o café ocupou rapidamente as partes do centro e do nordeste do Estado. Estas últimas, com seus solos de terra roxa de qualidade superior, produziam, por volta de 1886, 80% da produção do Estado de São Paulo, que já produzia 42% do total nacional, o que por sua vez representava 59% da produção mundial. Posteriormente, enquanto estas áreas e as regiões agrícolas mais velhas tentavam ajustar-se à abolição da escravatura (1888), a economia cafeeira de São Paulo continuou a prosperar com base no trabalho livre, sua maior parte atraída da Europa por um recrutamento eficaz e por subsídios governamentais significativos.

Por volta de 1920, em vista de as ferrovias terem se expandido gradualmente em direção ao norte e oeste da cidade de São Paulo, a produção de café havia-se concentrado principalmente no terço central do estado, já então representando 79% da produção brasileira e 61% da produção mundial. A inexorável busca de solos virgens para a expansão da produção cafeeira estava finalmente levando à colonização e ao desenvolvimento de todo o estado, processo que iria se completar em 1935 às margens do rio Paraná — ano em que o terço ocidental do estado produziu aproximadamente dois terços do café de São Paulo. Apesar de ser um processo de exploração exaustivo, foi (como nos Estados Unidos), uma *exploração diferente* visto que os lucros fabulosos da agricultura foram dirigidos para a formação de capital, tanto industrial como agrícola, em vez de seguir a tradição brasileira de *Booms-and-busts* (propriedades seguidas de acentuadas depressões) segundo a qual tinham sido mínimos a longo prazo os ganhos econômicos de épocas anteriores de prosperidade de outros produtos.

Em consequência, no período de 1872 a 1920, tendo a sua capital crescido de 31.000 para 579.000 habitantes, o Estado de São Paulo atraiu do estrangeiro aproximadamente dois milhões de imigrantes (um vasto estoque de capital humano), ultrapassou a cidade e o Estado do Rio de Janeiro no campo da produção manufatureira, aumentou sua densidade demográfica de 8,9 para 48,0 hab./milha quadrada e sua participação na população total de 8,4 para 15% — tendências que iriam prosseguir num processo de desenvolvimento econômico auto-sustentado nunca antes ocorrido no Brasil.²

Fato mais importante, São Paulo tornara-se agora o pólo regional e até mesmo racional de crescimento a partir do qual, o *ímpeto* para o desenvolvimento se estava alastrando nos Estados vizinhos, do Triângulo Mineiro e do sul de Goiás para o norte, do sul de Mato Grosso para oeste, e, principalmente, no Paraná para o sul e o oeste. Assim, êste último estado, cuja rica região norte representou o pano final na marcha do café para o oeste, em direção ao rio Paraná, logrou aumentar sua densidade demográfica de 8,9 para 75,9 num reduzido espaço de tempo de 45 anos (1920 a 1965), muito inferior aos 72 anos (1872-1944) de que necessitou São Paulo para o mesmo aumento. Essa transição no Paraná se deu num período de tempo inferior aos 52-55 anos que foram necessários ao Estado de Ilinoís em rápido crescimento (1841 a 1854) e à Califórnia (1897 a 1962), e aos 64 anos que Nova Iorque levou para fazer essa transição (1793 a 1857). Em 1965 a densidade demográfica do Paraná excedia a densidade de todos os estados americanos a oeste do Mississipi (com exceção da Califórnia e da Luisiana), assim como a dos estados de Maine, Nova Hampshire, Vermont, Georgia, Alabama e Mississipi. De uma maneira geral, os estados americanos restantes que tinham alcançado ou excedido a densidade demográfica do Paraná em 1965 tinham levado bem mais tempo para passar de 8,9 para 75,9 do que de 1,7 para 8,9 por milha quadrada. Por outro lado, o Paraná, para conseguir êsse aumento mais recente, levou um pouco menos de tempo (45 anos), do que para o aumento anterior (48 anos), o que indica como foi acelerado o crescimento da população do Paraná depois de 1920. Tal aceleração também reflete o

² Tanto êste parágrafo como o anterior estão principalmente baseados nos vários censos demográficos e industriais do Brasil e em *O Café no Estado de São Paulo: Situação e Perspectivas da Produção* — Cap. I. In: *Agricultura Em São Paulo*, ano VIII (1961), espec. p. 13-29. Ver Também KUZNETS, Simon. et. al. (Editôres). *O Crescimento Econômico: Brasil, Índia, Japão*. Durkan, N.C., Duke University Press, 1955, espec. p. 31, 37-41, 87-88, e 430-440; e ALMEIDA, Vicente Unzer de. & MENDES SOBRINHO, Otávio Teixeira. *Migração Rural-Urbana*. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, p. 80.

fato que, extendendo-se do Atlântico para o oeste, o Paraná era ao mesmo tempo *velho e novo*. Assim, não atingiu ainda a etapa na qual uma significativa imigração é seguida por uma emigração também significativa, como ocorreu com vários dos mais antigos estados de fronteira dos Estados Unidos, especialmente na medida em que estes tiveram uma baixa taxa de desenvolvimento industrial urbano. Assim, a Carolina do Norte e do Sul combinados (com aproximadamente a mesma área que o Paraná) levaram 150 anos para elevar sua densidade demográfica do 8,9 para 75,9 hab./milha quadrada, e os estados de Kentucky e Tennessee combinados levaram 130 anos, durante os quais o movimento de população para o oeste inicialmente populou-os rapidamente e, depois, drenou grande parte de seu subsequente aumento natural em favor de fronteiras ainda mais novas. Depois de 1920, até mesmo São Paulo (como Nova Iorque ou a Pensilvânia), um século antes, perdeu muitos dos imigrantes que deixavam o setor rural de outros estados vindo para o setor rural de São Paulo, reduzindo um pouco a sua ainda elevada taxa de crescimento de população, ainda alimentada por imigrantes para o setor urbano do Estado de São Paulo, provenientes do setor rural de outros estados.

Em 1965, somente 8 estados do Brasil superavam o Paraná em densidade demográfica: Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo. Os seis estados do Sul e do Centro-Oeste representaram então, aproximadamente, 41 por cento da população total, em comparação com 29% em 1920 e somente 17,9% em 1872. Para o crescimento total desses estados combinados durante o período de 1872 a 1920, São Paulo contribuiu com 59% e o Rio Grande do Sul com 24%, mas de 1920 a 1965 a contribuição do Paraná (44%) excedeu a de São Paulo (32%), cabendo a Goiás outros 14%. Nesse último período, a população do Paraná aumentou 4,7 vezes, como percentagem da de São Paulo, passando de 15 para 38% nesse quarto de século. Porém, essa explosão demográfica atrasada, mas notável do Paraná, só ocorreu depois que São Paulo criasse as condições necessárias: estabelecera-se um eficiente sistema de produção e de comercialização de um produto de exportação altamente rentável, extremamente apropriado para os excelentes solos de terra roxa do norte do Paraná; em seguida se expandira a rede de estradas e ferrovias de forma a tornar tanto os mercados externos como internos prontamente acessíveis para os fazendeiros da nova região; e, finalmente, a partir daí, fôra estimulada a criação de uma companhia

particular de terras que, em agudo contraste com os sempre erráticos planos governamentais de colonização no Brasil, permitiu, de maneira ordenada, eficiente e rápida, a colonização da região.

3. O Velho Paraná. Quatro Séculos de Estagnação³

Sòmente uma pequena parte do Paraná atual era oficialmente parte da América Portuguesa até que os tratados de 1750 e 1777 tornaram legítima a penetração *de facto* dos portugueses para oeste, bem além da linha que inicialmente (1494) definia a fronteira oriental da América Espanhola. Graças ao vigor dos vicentinos, originários da região da atual cidade de Santos, na exploração dos mais distantes recantos do Paraná, que atraía especialmente as expedições de caça ao índio, foram frustrados os esforços da colônia espanhola do Paraguai para ocupar o território e catequisar os índios. Apesar de que o planalto ocidental do Paraná (distante de 200 a 400 milhas do litoral Atlântico) já tivesse sido garantido desta forma pelos portugueses em meados do século 16, permaneceu porém virtualmente despovoado até quase 250 anos depois.

O primeiro povoado no litoral do Paraná, Paranaguá, foi fundado em 1585 e Curitiba, o primeiro no interior, a oeste da abrupta cadeia de montanhas da costa, em 1683. Ambos resultaram da busca de ouro de aluvião pelos vicentinos. Porém, a colonização posterior dos dois planaltos orientais do Paraná decorreu da descoberta de jazidas de ouro muito mais ricas no estado de Minas Gerais, estado cuja corrida para o ouro dominou a história econômica do Brasil durante grande parte do século XVIII. Esta teve por efeito a criação de uma imensa procura tanto de alimentos (inclusive carne bovina) como de animais de carga.

Com rebanhos de gado já estabelecidos no litoral do Rio Grande do Sul, os paulistas rapidamente desenvolveram uma trilha principal para o gado que partia de Viamão (perto da atual cidade de Pôrto Alegre) até Sorocaba (São Paulo) cruzando os campos altos, via Vacaria, Lajes e Curitiba. Ao longo dessa trilha, surgiram povoados, fixaram-se rebanhos e criaram-se invernadas onde o gado podia recuperar o pêso perdido du-

³ Este resumo histórico baseia-se nas seguintes fontes: VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1963, tomo I, p. 33-38, 203-209 e 213-217; tomo II, p. 173-178; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. In: Grande Região Sul. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro, 1963, tomo II, vol. IV, p. 9-24, 32-33, 35-36 e 38-41; MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente: Ensaio sobre Fenômenos de Aculturação no Paraná*. São Paulo, Editora Anhembi Ltda., 1955, p. 71-74, 77, 94-95; PLAISANT, Alcibiades Cezar. *Scenário Paranaense: Descrição Geográfica, Política e Histórica do Estado do Paraná*. Curitiba, 1908, p. 137-163.

rante as longas marchas. Neste processo, os paulistas foram os principais colonizadores das pastagens vazias rumo ao sul. Por ser o local (registro) onde era recolhida a taxa de passagem das cabeças de gado, Curitiba tornou-se um ponto muito importante de convergência do gado, e foi a principal beneficiária do início da ocupação dos campos de Castro e Ponta Grossa. O *impulso* da corrida do ouro pela primeira vez prendeu à terra do Paraná um número significativo de pessoas, sendo que as necessidades de consumo de carne bovina de São Paulo e do Rio permitiu-lhes sobreviver ao esgotamento das jazidas de ouro de Minas em fins de século XVIII. Por volta de 1850, a maioria dos campos do Paraná e dos estados vizinhos do sul tinham sido ocupados, sendo que os distantes produtores de gado do Rio Grande do Sul dependiam principalmente da exportação de couro e do charque, encontrando este último um mercado considerável nas cidades-pôrto do Nordeste.

Como o litoral ao sul de Paranaguá tinha sido povoado de forma esporádica e a ocupação do interior estava limitada às áreas de pastagens naturais, que consistiam em somente 12% de sua área original, o Paraná tinha somente 61.000 hab. quando tornou-se uma província autônoma em 1853. A vasta área de pinheirais que originalmente cobria 38% da superfície do estado e que ainda cobria a maior parte do têrço oriental do estado nas partes onde não havia campos, estava até então virtualmente desocupada. Essas extensas regiões cobertas de pinheiros tinham pouco valor econômico, excetuando-se a sua utilização para o atendimento das necessidades locais de madeira de construção e a procura um pouco maior pelo mate paraguaio recolhidos dos pés de erva-mate, planta associada ao pinheiro; somente eram desmatadas quando os fazendeiros sentiam necessidade de novas áreas para a agricultura de subsistência. Prevalencia uma agricultura itinerante baseada em um ciclo de desmatamento, culturas a curto prazo e abandono da terra para reflorestamento natural, por ser o solo, à semelhança daquele dos campos, basicamente pouco fértil e altamente ácido. Quando o primeiro governador do Paraná assumiu a direção desta nova província, extensa mas quase vazia, que em 1953 ainda era pouco mais do que um *lugar de passagem* entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, êle imediatamente voltou os seus esforços para o estímulo à imigração e à colonização.

Porém, durante o século XIX, o Paraná teve limitado sucesso na sua tentativa de atrair os alemães, que tanta importância tiveram na colonização de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e os italianos, que

também foram muito importantes para este último estado. Com uma população total de somente 249.000 hab. em 1890, o Paraná recebera desde 1853 apenas 19.000 imigrantes e, dentre os que vieram, muitos se fixaram em núcleos pequenos e isolados, com o solo pouco fértil levando mais ao fracasso do que ao sucesso desses empreendimentos. Durante todo o período de 1829 a 1934, o Paraná recebeu apenas uns 116.000 imigrantes, número freqüentemente ultrapassado por São Paulo na década de 1890 em um único ano; destes, 47% eram poloneses, 19% russos, 13% alemães e 9% italianos. Assim, tanto do ponto de vista da imigração estrangeira como da imigração interna, o Paraná teve que esperar até depois de 1920 quando, então, a marcha do café através do Estado de São Paulo trouxe como conseqüência o rápido crescimento do norte do Paraná, anteriormente não desenvolvido.

Nesse meio tempo, enquanto o Paraná permanecia quase que inteiramente adormecido, o rápido e generalizado desenvolvimento econômico do seu vizinho e guia do norte provocara a criação, a partir da cidade de São Paulo, de um sistema de comunicações em constante expansão que desempenharia um papel fundamental no desenvolvimento futuro do Paraná. É verdade que, por volta de 1885, Curitiba estava ligada por ferrovia a Paranaguá, principal pôrto marítimo do Paraná, e prolongamentos dessa ferrovia tinham unido as principais áreas dos campos dos planaltos orientais a estas duas cidades nos fins da década de 1890. Muito mais importantes, porém, foi a construção da ferrovia São Paulo—Rio Grande do Sul, que ligou Sorocaba a Ponta Grossa em 1899 e a União da Vitória (na fronteira sul do Paraná) poucos anos depois. Com a construção dessa ferrovia procedente simultâneamente do Rio Grande do Sul, o trecho final que faltava, através de Santa Catarina, foi completado em 1910, tendo havido considerável colonização, patrocinada pelo governo federal, de poloneses e russos ao longo do caminho. A estrada de ferro São Paulo—Rio Grande, apesar de dar um novo impulso ao crescimento de Curitiba, Ponta Grossa e outras cidades mais velhas dos campos orientais, não tornou-se uma força transformadora determinante na economia do Paraná oriental, devido à ausência na região de cultura de importantes produtos comerciais. Porém, esse desenvolvimento das ferrovias, suplementado pelo início da construção de rodovias, por volta de 1920 já tinha contribuído muito para a integração das antes isoladas cidades do Paraná oriental numa rede de comunicação mais ampla.

Muito mais significativo para o desenvolvimento futuro do Paraná, porém, foi a expansão para oeste da Estrada de Ferro Sorocabana que chegou a Ourinhos (311 milhas a oeste da cidade de São Paulo) em 1908. A seguir, enquanto esta ferrovia ia sendo gradativamente expandida até o rio Paraná, a colonização da parte inferior do oeste de São Paulo prosseguia rapidamente. Porém, o então mais importante era que Ourinhos estava pronta para servir de *portão de entrada* da estrada de ferro para o norte do Paraná.

Com a construção de uma ferrovia em direção ao sul de Ourinhos até a junção com a estrada de ferro São Paulo—Rio Grande em Jaguariaíva (completada por volta de 1920) foi penetrada uma área, cujos primeiros estabelecimentos datavam de década de 1860; por volta de 1925, as primeiras 20 milhas de uma ferrovia projetada para seguir rumo ao oeste através do norte do Paraná, tinham sido completadas até Cambará.

Porém, a continuação subsequente desta última ferrovia foi interrompida na época em que os financistas começaram a pôr em dúvida se o café suportaria ou não o clima mais frio dessa nova região. Entretanto, bem antes dessas ferrovias, mineiros e paulistas já tinham iniciado as primeiras plantações de café nessa *Zona Velha* do norte do Paraná. Porém, somente quando se previu a extensão dessas ferrovias, e especialmente quando elas chegaram à região, é que se criaram as condições para a espetacular *corrida do café* para o *Norte Novo*, que estava agora imediatamente *ao alcance da mão*.

4. A Colonização do Norte do Paraná ⁴

Como já foi dito, a colonização inicial do norte do Paraná foi espontânea, seguindo o percurso futuro da ferrovia São Paulo—Paraná, que só veio a alcançar o rio Tibagi em 1932. Cambará (1904-1908) marcou o início da conquista da nova região e a maior parte da terra desse ponto até o Tibagi era dividida em grandes propriedades particulares. A colonização da maior parte da área foi feita por particulares na medida em que os

⁴ As fontes principais desse capítulo foram: um manuscrito preliminar sobre a história da colonização do norte do Paraná que o autor, Mauro Rezende Lopes, economista da Fundação Getúlio Vargas (IBRE) forneceu-me amavelmente; *Geografia do Brasil*. Op. cit., tomo II, p. 32-34, 41-42; MARTINS, Wilson. Op. cit., p. 90-108, uma série de artigos de jornal sobre o norte do Paraná na *Fôlha da Manhã* (São Paulo) que começaram no exemplar de 14 de novembro de 1952 e continuaram, com intervalos de mais ou menos uma semana, até o fim de dezembro, assinados por M. Mazzei Guimarães; a análise dos dados dos censos brasileiros feita pelo autor.

grandes proprietários da terra dividiam suas propriedades em lotes pequenos que êles vendiam como lotes urbanos ou estabelecimentos agrícolas. Quando a estrada de ferro chegava em cada nova cidade, as florestas virgens das redondezas já haviam tombado frente à rápida vaga dos colonizadores, e ela estava em pleno florescimento, criando a reputação de riqueza que acelerava cada nova invasão de recém-chegados. As magníficas florestas latifoliadas e de fôlhas caducas, com árvores altas e predominantemente de madeira de lei, que originalmente cobriam a maior parte de São Paulo e quase metade do Paraná, estavam intimamente ligadas aos solos mais ricos da região. As do Paraná, limitadas às partes norte e ocidental do estado por longo tempo despovoadas, tinham sido pouco tocadas até 1920. Porém, cobertos por elas, durante uma eternidade tinham permanecido solos de terra roxa extremamente fértil, muito mais extensos do que qualquer daqueles encontrados em São Paulo, inclusive na zona de Ribeirão Prêto. Visto que a terra roxa era o solo *por excelência* para a cultura do café, sua atração magnética foi inevitável, logo que se soube de sua existência.

A oeste do rio Tibagi havia então vastas áreas dêsses ricos solos em terras que pertenciam em sua maior parte ao domínio público. Porém, já em 1920, existia uma desilusão generalizada quanto ao ritmo lento da colonização sob os auspícios do estado, caracterizada pela sua falta de continuidade, limitados recursos financeiros e inépcia oficial, descrédito acrescido pelo fato de que a Primeira Guerra Mundial, não sòmente interrompera sèriamente o fluxo de imigrantes, como também criara uma considerável desconfiança naqueles já presentes. Em consequência, o Estado do Paraná no período de 1922 a 1932 fêz um número substancial de concessões de terra a emprêsas de colonização privadas, preferindo usar seus recursos públicos para escolas e estradas. Em decorrência de tal política foi fundada em 1925 uma companhia inglêsa de terras, a *Companhia de Terras Norte do Paraná* (subsidiária da Paraná Plantation Ltd of London). Tendo adquirido 4806 milhas quadradas de terras do Estado não-reclamadas na Zona Nova, essa companhia particular de terras e sua sucessora brasileira (1944) merecem inteiramente todo crédito por terem executado o esquema de colonização mais bem sucedido na História do Brasil, seja público ou privado. Apesar de que outras companhias de terras também desempenharam um papel menos importante, a ocupação intensiva da Zona Norte começou com a fundação em 1929 pela CTNP da cidade de Londrina (*Pequena Londres*).

Escolhida como matriz da Companhia e projetada para ser a capital comercial da nova região, Londrina foi *plantada* nesse mesmo ano com a chegada da primeira caravana de pioneiros provenientes de Ourinhos. Estabelecendo o padrão para o desenvolvimento subsequente, a Companhia delimitou e vendeu os lotes urbanos, construiu ruas e estradas, instalou água e energia elétrica e levantou as primeiras construções. Assumindo a responsabilidade direta de estender a estrada de ferro para oeste de Londrina, a Companhia também construiu estradas secundárias partindo dos trilhos que continuavam avançando, para que seus lotes tivessem mais acesso a um meio de transporte, assim como fundou núcleos urbanos com intervalos de 7,5 a 10,5 milhas, ao longo da ferrovia. Seja diretamente, seja através da participação no capital de várias Companhias locais menores, a Companhia foi responsável pela fundação no norte do Paraná de umas 62 cidades de maior ou menor importância.

No tocante ao desenvolvimento rural, a Companhia primeiramente esclareceu os títulos de propriedade da terra (tarefa formidável nas condições brasileiras), o que teve como resultado casos surpreendentemente pouco numerosos de conflitos entre aqueles com antigas pretensões à terra, e os novos colonos. Fêz-se a seguir um levantamento geral de toda a área rural e, onde possível, foram também elaborados mapas de solos. Ao dividir a terra em lotes relativamente pequenos (no ato de venda), que tinham em média de 96,8 acres por fazenda, a Companhia afirmou explicitamente que sua política visava “favorecer e dar apoio aos pequenos fazendeiros, sem por isso deixar de levar em consideração aqueles que dispunham de maiores recursos”, querendo dizer com isso que a compra de lotes múltiplos era permitida àqueles que estivessem dispostos a pagar os preços estabelecidos para as partes componentes. (Em consequência, as propriedades rurais no território da Companhia são tipicamente algum múltiplo de 5 alqueires paulistas, ou seja, 12,1 ha ou 29,3 acres.) De uma maneira geral, os lotes rurais foram delineados segundo um plano em que cada fazenda seria uma unidade independente com atividades mistas. Partindo das elevações que as principais linhas de transporte seguiam, as encostas mais altas e menos expostas à geada eram reservadas para plantação de café, enquanto as terras mais baixas eram deixadas para pastagens ou culturas de subsistência, com acesso a uma provisão de água de fontes, sobrando uma pequena área para jardins ou pomares.

Usou-se de propaganda em larga escala para atrair colonos, sendo aos primeiros oferecido transporte gratuito, com a promessa de plena

posse da terra dentro de um prazo de quatro anos e até mesmo de alguma assistência técnica e financeira. Como se fazia necessário inicialmente desmatar as florestas, a primeira atividade econômica foi a exploração da madeira de construção, seguida da plantação do café, cana-de-açúcar, cereais e outras culturas. A criação também desenvolveu-se rapidamente, em particular a produção de gado suíno nas fazendas menores e de gado bovino nas excelentes pastagens artificiais das fazendas maiores, muitas das quais se formaram em terras menos apropriadas para a produção de café devido a seu solo e topografia.

Um plano tão idílico não era notável por si só, visto que milhares de tais planos no papel provavelmente cobriram-se de poeira, com pequena ou nenhuma execução, nos arquivos das agências governamentais de colonização latino-americanas. O que foi realmente notável foi ter sido esse plano executado em larga escala com sucesso. Assim, em 1944, quando se deu a liquidação dos ativos britânicos no estrangeiro, devido à guerra, passando a Companhia para mãos brasileiras, esta já tinha repartido 1.038.180 acres de terras agrícolas (34,4% da concessão original) e 6.122 lotes urbanos, expandindo a ferrovia em umas 40 milhas de Londrina a Apucarana e construído 927 milhas de estradas que, apesar de serem de terra batida, eram bem drenadas. Até que os municípios fossem criados e tomassem a seu cargo a manutenção das estradas, estas foram mantidas pela Companhia. Durante o período de 1945 a 1950 foram vendidos outros 1.166.440 acres de terras agrícolas (sobrando, pois, somente 26,9% da concessão original) e 12.071 lotes urbanos (o dobro do número total antes de 1944); a ferrovia atingiu Maringá, umas 45 milhas mais adiante rumo ao oeste; e 936 milhas adicionais de estradas foram construídas.⁵

Graças a esses esforços, tanto como ao desenvolvimento concomitante da colonização organizada ou espontânea de áreas fora do território da Companhia, o norte, por volta de 1950, fôra quase completamente urbanizado numa área de 5.549 milhas quadradas grosseiramente delimitadas pelos rios Tibagi, Paranapanema, Pirajó e Ivaí. Sua densidade demográfica subiu de menos de 18,7 para 74,9 hab./milha quadrada (aproximadamente o dobro da densidade média do Estado) em apenas de 2 anos (1940 a 1950). Durante essa década essa zona atraía uns 288.000 imigrantes enquanto sua população era mais do que multiplicada por quatro. Durante o período 1950 a 1965 esta zona central do norte do Paraná atraiu

⁵ Manuscrito de Mauro Rezende Lopes, op. cit.

mais 333.000 pessoas (imigração líquida), sendo a sua população total em 1965 de 1.049.000 hab. com uma densidade demográfica de 189,0 hab./milha quadrada, dez vezes a sua densidade um quarto de século antes.⁶

A extensão dessa marcha da colonização para oeste do rio Pirapó e para o sul partindo do rio Ivaí ocorreu em grande parte na década de 50. Porém os núcleos urbanos, especialmente Maringá, Paranavaí, Cruzeiro d'Oeste e Campo Mourão, já tinham sido fundados nos anos 40. Durante a década de 1940 a 1950 a zona ocidental do norte do Paraná (6.946 milhas quadradas) recebeu seus primeiros 100.000 habitantes (muitos provenientes de Mandaguari e Maringá e se mudando para Paranavaí) sendo que nos anos 50 recebeu mais uns 552.000 imigrantes aumentando assim sua população para 693.000 em 1960, sendo que a densidade demográfica dessa zona mais nova passou de 14,5 para 99,8 apenas nessa década. Tal expansão seguiu duas rotas principais de penetração; uma partindo de Maringá em direção ao noroeste para ocupação da área triangular dos solos arenosos entre o Paraná, o Paranapanema e o Ivaí (na sua grande maioria situada fora do território da Companhia mas na sua maior parte desenvolvida por Companhias de terras menores); a outra correndo em direção ao sudoeste, de Maringá para Cianorte, ao longo da ferrovia projetada para Cruzeiro d'Oeste e Guaíra, que eram os extremos ocidentais da concessão original de terras da Companhia. Com a subsequente imigração líquida de apenas 56.000 pessoas de 1960 a 1965, essa zona ocidental tinha 873.000 hab. em 1965 (125,5 hab. por milha quadrada).

De 1940 a 1965 a população de todo o norte do Paraná (inclusive a Zona Velha oriental entre os rios Tibagi e Itararé), disparou de 340.000 para 2.681.000 hab. numa área de 18.569 milhas quadradas que é quase a metade da área do Estado de Indiana. Tendo o norte recebido por volta de 1.530.000 imigrantes em um quarto de século, a densidade demográfica da região aumentou de 18,3 para 144,4 hab. por milha quadrada, sendo esta última superior à de São Paulo (135,7) e à de Indiana (128,9) em 1960. O aumento da densidade demográfica do norte do Paraná nesses 25 anos foi muito mais rápido do que os períodos mais longos (entre

⁶ Para os propósitos do presente trabalho, definiu-se o norte do Paraná em termos das zonas fisiográficas do Censo do Brasil de 1960, ajustando os dados dos censos anteriores para que coincidissem com os mesmos limites. O norte no presente trabalho inclui a zona de Tomazina, o Norte do Censo (que dividimos no rio Tibagi em Norte Oriental e Norte Central); aquela parte do Oeste do Censo que se encontra ao norte do rio Ivaí Inferior, assim como os municípios de Rondon, Cianorte, Jussara, Terra Boa, Engenheiro Beltrão e Araruna ao sul do Ivaí são por nós considerados como Norte Ocidental). Todas as estimativas de população para 1965 foram tiradas de projeções da população dos municípios do estado do Paraná pelo Ministério do Planejamento e o IBGE (publicação mimeografada). Todas as estimativas de migrações são do autor.

85 e 97 anos) que foram necessários para que fizessem essa transição os Estados de Nova Iorque (1808-1891), Ilínois (1857-1942) e Ohio (1825 a 1922); até mesmo em São Paulo esse aumento levou 68 anos, (1894 a 1962). Com uma população em 1965 bem superior à do total do estado em 1950, o norte do Paraná aumentou sua participação na população total do estado de 27,5 para 49,0% durante o período de 1940 a 1960 e, apesar da rápida colonização do oeste do Paraná a partir de 1950, em 1965 ainda representava 45,9% desse total. Graças a seus milhares de imigrantes, na sua maioria brasileiros provenientes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio e não da região leste do Paraná cuja população não estava familiarizada com a cultura cafeeira, o norte do Paraná evoluiu em poucas décadas de área desabitada para a mais próspera região do estado. Como extensão direta da economia cafeeira paulista, o desenvolvimento do norte do Paraná baseou-se firmemente no *know-how*, capital e trabalho qualificado das regiões cafeeiras mais antigas de São Paulo.

Ao longo de toda a história do desenvolvimento dos transportes da região, inicialmente das ferrovias e depois das rodovias asfaltadas, coube ao Estado de São Paulo e não ao *Velho Paraná* a liderança da penetração econômica do norte do Paraná, que ficou intimamente ligado ao porto dominante de Santos, à maior concentração de serviços financeiros e de comercialização no estado vizinho e aos mais importantes mercados interiores do país para alimentos e culturas industriais produzidas na região. Cansada por uma nítida insuficiência de recursos para o desenvolvimento, tanto públicos como privados e realçada por um conflito de ordem cultural entre os paulistas, progressistas e agressivos, e os nativos do *Velho Paraná*, caracterizados por uma atitude mais serena e tradicional, a longa negligência de Curitiba, no tocante às necessidades de transporte e outras exigências de infra-estrutura da região, provocou um forte espírito de separatismo político. Porém, desde 1960, o desenvolvimento das rodovias muito contribuiu para integrar Curitiba e o porto de Paranaguá com o norte e, como Curitiba começou a surgir como o mais importante centro industrial urbano ao sul de São Paulo (com exceção de Porto Alegre), os laços econômicos e políticos entre o leste e o norte se estreitaram consideravelmente. Não obstante, as melhorias recentes nas rodovias e nos serviços públicos do Paraná são provavelmente mais importantes, dada a estreita ligação entre o norte do Paraná e São Paulo, na consecução da integração do oeste do Paraná atualmente em rápida expansão na órbita político-econômica de Curitiba e do *Velho Paraná*.

5. A Colonização do Oeste do Paraná

O oeste do Paraná, como foi aqui definido,⁷ tem uma área de 34.354 milhas quadradas (o dôbro do tamanho do norte do estado e aproximadamente a área do Estado de Indiana), e até 1940 tinha somente 145.000 habitantes, dois terços dos quais nos *Campos do Oeste*, que foram colonizados relativamente cedo, e no sudoeste, ao sul do rio Iguaçu. O oeste como um todo tinha uma densidade demográfica de apenas 4,2 hab./milha quadrada, e até mesmo nos *Campos do Oeste* alcançava somente 10,1 hab./milha quadrada. Excetuando-se as suas áreas de pastagens naturais, o Oeste tinha até então sido colonizado muito lentamente. A colonização inicial foi esparsa e freqüentemente nômade e de exploração (exaustiva), especialmente ao longo das principais bacias hidrográficas, sob bosques predominantemente de araucárias. As áreas de araucárias mais acessíveis eram invadidas pelo lenhador que devastava essas áreas florestais sem levar em consideração a sua preservação, e pelo *safrista* que queimava a floresta, plantava e, após a colheita, deixava aos porcos a tarefa de limpar o terreno, pois êstes se alimentavam com todo tipo de resto das plantações. Depois, então, havia nôvo plantio, e, decorridos alguns anos, o safrista mudava-se para repetir o ciclo em outro lugar.

Provenientes do leste do Paraná (onde êsse padrão destrutivo era uma velha tradição) ou dos *Campos Gerais* de São Paulo (onde êles freqüentemente tinham sido ocupantes), êsses colonos muitas vêzes entravam em conflito aberto com aquêles que pretendiam plantar café nas partes mais ao norte das florestas de araucárias situadas a oeste.

Apesar da inexistência de ferrovias na região, com exceção do trecho da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande até Guarapuava, as primeiras estradas leste-oeste ocasionaram alguma colonização pública ou privada da região durante o período 1920-1940. Porém, tais colônias isoladas, distantes dos mercados, e enfrentando estradas precárias e falta de assistência técnica e financeira, foram freqüentemente efêmeras. Na medida em que a colonização do sudoeste e do oeste era permanente, os colonos

⁷ Entende-se por oeste do Paraná neste trabalho a área formada pela Zona de Campos do Oeste do Censo e todo o Oeste do Censo, exclusive aquela parte que foi incluída na zona ocidental do norte do Paraná (ver a nota anterior). Faz fronteira a leste com o rio Iváí Superior e a Serra da Boa Esperança, ao sul com Santa Catarina, a oeste com o rio Paraná, sendo essa fronteira uma linha irregular seguindo mais ou menos o paralelo de 24° de latitude sul. Para certos fins, também dividimos nosso oeste (com exclusão de Campos do Oeste) em Extremo Noroeste, Extremo Oeste, Extremo Sudoeste e Oeste residual, todos com exceção do último, definidos da mesma forma do que em MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Sudoeste do País. *Informe Estatístico*. Rio de Janeiro, novembro de 1966, vol. II.

provinham tipicamente de famílias de colonos do norte do Rio Grande do Sul, da bem próxima zona do rio do Peixe em Santa Catarina e dos estabelecimentos escravos do leste do Paraná, refletindo a forte pressão demográfica sôbre as pequenas fazendas fundadas uma ou duas gerações antes por imigrantes europeus. Um número significativo de colonos do Rio Grande do Sul também se dirigia para o norte e o noroeste do Paraná, onde freqüentemente foram dentre os mais bem sucedidos imigrantes, em geral preferindo a criação de gado ao café. O oeste do Paraná foi definitivamente colonizado largamente com base nessas fontes, mas também com imigrantes provenientes do extremo oeste de Santa Catarina, do sul de Mato Grosso e até mesmo das áreas contíguas da Argentina, Paraguai e Bolívia.

Durante a década de 40, a população do oeste dobrou de 145.000 habitantes para 295.000, o que se deveu principalmente à entrada de uns 116.000 imigrantes, tendo se dado a penetração da região tanto pelo sul como, também, efeito do transbordamento da nova região cafeeira, pelo norte, através de Campo Mourão e ao longo da ferrovia projetada de Cianorte para Guaíra. Durante o decênio 1950-60, porém, a imigração para o oeste do estado deu um salto para 580.000 pessoas e a população total para 988.000, representando um aumento de aproximadamente sete vezes em virtude de vinte anos; posteriormente, com a aceleração na imigração líquida depois de 1960 (423.000 em cinco anos), a população alcançou 1.584.000 em 1965. Neste ano a densidade demográfica para todo o oeste era de 46,1 hab./milha quadrada, maior do que a do leste do Paraná em 1965 se excluirmos a zona de Curitiba; por outro lado o oeste só levou mais 16 anos do que o norte (1949) para atingir êsse nível. Passando de uma densidade demográfica de 4,2 habitantes por milha quadrada para 46,1 em 25 anos, o oeste (quase sem nenhuma urbanização) levou para essa transição um tempo bem inferior ao que foi necessário para Ilinóis, Ohio e Indiana, mais de um século antes (38 a 50 anos); São Paulo necessitou de pouco mais de 50 anos e o Rio Grande do Sul e Santa Catarina entre 86 e 90 anos para êsse mesmo aumento de densidade. Como resultado da segunda onda de explosão demográfica no Paraná resultante da imigração, a participação do oeste na população total do Estado aumentou de 11,7 para 27,1 por cento durante o período 1940-1965; se a esta participação somarmos a do norte do Paraná, a população de ambas as regiões combinadas de 39,2% passou a representar 73,0% da população total no mesmo espaço de tempo.

Sob vários aspectos, a recente colonização do oeste do Paraná foi mais espetacular que a do norte. Na astúcia da atração de uma cultura fabulosamente rentável, excetuando-se os casos em que o café invadiu o oeste com um descaso otimista das realidades da *linha de geada*, o oeste não atraiu o espírito empresarial e o capital que fluíra tão facilmente em São Paulo para o norte do Paraná. Apesar de que não lhe faltasse completamente solos superiores e de terra roxa, especialmente localizados ao longo dos rios principais sob as florestas de árvores latifoliadas, o oeste dispunha também de amplas áreas cobertas de araucárias com solos bem menos duráveis e hospitaleiros. Sua ocupação por imigrantes tinha que ser, pois, muito mais espontânea e desorganizada, na ausência de agências públicas ou privadas de colonização do calibre da grande Companhia do Norte. Finalmente, o oeste caracterizava-se por uma excepcional insuficiência de transportes, condição que o estado vem corrigindo bastante, até mesmo adiantando-se ao rápido crescimento populacional da região. Não obstante, a recente finalização da estrada federal asfaltada desde Paranaguá e Curitiba (passando por Ponta Grossa, Guarapuava e Laranjeiras do Sul), até Foz do Iguaçu e Assunção (sendo que foi concedido ao Paraguai uma zona franca em Paranaguá para suas importações e exportações através deste pôrto marítimo), torna o futuro promissor.

Esta nova rodovia de 485 milhas cruzando o estado é de vital importância para o desenvolvimento econômico contínuo do oeste pois deu, à maior parte deste, maior possibilidade de acesso aos mercados e, finalmente, integrou certa região por longo tempo desabitada à economia do leste do Paraná, que por sua vez beneficiou-se grandemente da construção da estrada entre São Paulo e o Rio Grande do Sul.

6. Algumas Conseqüências do Progresso Recente do Paraná ⁸

Entre 1920 e 1940, a área total de terras agrícolas no Paraná aumentou somente de 15%. Porém, durante o período seguinte (1940-1960) esta área quase duplicou, sendo que quase todo o aumento de 12.421.000 acres ocorreu no norte e no oeste, que participaram de maneira quase igual nesse grande aumento nas novas áreas cultiváveis. Juntos, o norte e o oeste aumentaram sua participação na área total de terras agrícolas do estado de 46 para 70 por cento. Durante os mesmos 20 anos, a percentagem das terras agrícolas em relação à área total de terras do Paraná

⁸ Todas as comparações desse capítulo estão baseadas na análise feita pelo autor dos dados dos censos brasileiros de 1940, 1950 e 1960 após laborioso esforço para padronizar todos os dados de forma que se adaptassem aos limites de 1960 de nossas três regiões do estado, o norte, o oeste e o leste. Para detalhes adicionais, ver NICHOLLS e PAIVA, op. cit.

aumentou de 31,4 para 57,2%, sendo que os Estados Unidos como um todo levaram 56 anos (de 1888 a 1944) para efetuar a mesma transição. Apesar de que muito pouca terra tenha sido adicionada às fazendas na região oriental antiga, a percentagem que as terras agrícolas representavam na área total de terras do norte aumentou de 27,4% para a impressionante percentagem de 80,3 no período de 1940 a 1960, o aumento no oeste (comparável ao ocorrido nos E.U.A. durante o período de 1854 a 1910) sendo de 18,2 para 46,3%. Porém, grande parte da área total de terras incorporadas às fazendas ainda era coberta de florestas, não tendo sido preparada para a exploração agrícola. Se considerarmos somente aquelas terras agrícolas que estavam sendo correntemente exploradas para cultivar pastagens e florestas plantadas, tal terra constituía 14,1% da área total de terras do Paraná em 1940 e 31,8% em 1960. Na velha região oriental, êsse aumento foi somente de 49,4 para 55%, comparado com um aumento de 8,3 para 56,6% no norte, e de 9,0 para 20,5% no oeste. Finalmente, enquanto o leste do Paraná aumentava a sua percentagem das terras de lavouras em relação à área total de terras agrícolas (média americana em 1959: 27,7%) de 11,0 para 17,0% durante o período de 1940 a 1960, os aumentos correspondentes para o norte e o oeste foram respectivamente de 23,2 para 49,9% e de 5,8 para 22,6%. Êsses dados indicam de que forma dramática os vastos espaços vazios do Paraná foram ocupados e ativamente explorados nas décadas recentes.

Depois de duplicar entre 1920 e 1940, o número de fazendas no Paraná aumentou de 64 mil para 269 mil no período de 1940 a 1960. O norte participou desse último aumento com 47%, o oeste com 42% e o leste com somente 11%. Em tôdas as três regiões o número de fazendas cresceu consideravelmente mais rápido do que a área ocupada pelas fazendas, com conseqüente redução do tamanho médio destas. Durante o período de 1940 a 1960, o tamanho médio por fazenda no norte caiu de 213,9 para 83,5 acres e no oeste caiu de 484,0 para 107,2 acres, sendo que êsse tamanho médio no leste passou de 193,6 para 128,0 acres. Durante o processo, a importância relativa das fazendas grandes (tôdas as classes acima de 121,0 acres) caiu substancialmente em tôdas as regiões enquanto que a das fazendas menores (especialmente aquelas com áreas entre 12,1 a 48,4 acres) aumentou rapidamente. Foi no norte e no oeste que floresceram as fazendas de 12 a 48 acres, e o número total dessas fazendas nas duas regiões aumentou sua participação no número total de fazendas do estado de 33,6 para 80,5% durante o período de 1940 a 1960. Na região norte, ao menos, pode-se em parte atribuir uma tendência à influência da política da Companhia que

favorecia as fazendas pequenas. Porém, ela provavelmente reflete em primeiro lugar a tendência para as maiores fazendas do norte se fracionarem em unidades relativamente pequenas arrendadas a meeiros na medida em que se desenvolviam, de forma que as propriedades maiores, inicialmente consideradas como uma única fazenda, foram-se dividindo em várias unidades trabalhadas separadamente, cada uma das quais tornou-se mais tarde uma fazenda do Censo.

Assim, enquanto que as fazendas dirigidas pelos proprietários predominavam em tôdas as regiões do Paraná, foi no norte que as fazendas dirigidas por meeiros autônomos aumentaram muito mais rapidamente do que o número total de fazendas e arrendatários em dinheiro; a importância relativa de tais responsáveis no norte subiu de 13,1 para 33,4% (38,7% se incluirmos os meeiros não autônomos e trabalhando em propriedades relacionadas como dirigidas pelos proprietários ou por administradores). Em conseqüência, em 1960, 82% do total de fazendas do estado que eram dirigidas por meeiros (e cujo tamanho médio era 32,4 acres) situavam-se no norte (onde também estavam situados 41,5 do total de fazendas do estado). Porém, ao invés de ser causa para preocupação social, estas pequenas unidades foram perfeitamente capazes de proporcionar até mesmo para as famílias dos meeiros rendas líquidas anuais muito satisfatórias com uma produtividade *normal*, dadas a riqueza dos solos e a natureza rentável e de trabalho altamente intensivo da produção do café na região.⁹

Também são reveladoras as tendências nas fazendas exploradas por ocupantes, cujas terras eram de propriedade de entidades públicas, especialmente no oeste, onde as companhias de terra particulares desempenharam apenas papel secundário. Durante a década de 50, o aumento no número de fazendas exploradas por ocupantes como percentagem do aumento total das fazendas foi de 38% para o Paraná, mas de 81% para

⁹ Com base em nossa pesquisa sobre Maringá em 1963, Paiva e eu (Op. cit., quadro 6.9) estimamos, a partir de nossa pequena amostra, as seguintes rendas médias líquidas anuais, por família, *normais* a longo prazo (com uma renda residual para remunerar os serviços do fator trabalho ou direção da família do responsável): famílias dos responsáveis pelas fazendas, 435 dólares (administradores-proprietários de fazendas de café — 763 dólares, meeiros autônomos 715 dólares, proprietários-responsáveis por fazendas não de café — 134 dólares) e meeiros residentes — 597 dólares (plantadores de café — 597 dólares, outras utilizações de terra — 413 dólares). As rendas médias familiares de outros tipos de trabalhadores residentes e assalariados eram de 435 dólares para famílias de administradores, 357 dólares para as dos colonos (tipo especial de trabalhadores de café), 260 para as dos que trabalhavam com gado bovino, 232 para as dos que trabalhavam com gado suíno e 198 dólares para as dos trabalhadores em outras culturas. Para os trabalhadores sazonais não-residentes, a renda familiar média (comparável após tomar os dados anuais era de 214 dólares.

o oeste, onde em 1950 estavam instalados 66% do total de *ocupantes* do estado, e se encontravam 84% das fazendas do estado situadas em terras de propriedade do govêrno. Durante o período de 1940 a 1950, as fazendas exploradas por *ocupantes* aumentaram a sua participação no total de fazendas do oeste de 22 para 51%, enquanto as fazendas situadas em terras de propriedade do govêrno nessa mesma região passaram a representar não mais 19 e sim 48% de tôdas as fazendas do oeste, sugerindo até que ponto as áreas não reclamadas pelo estado vinham sendo aproveitadas por *ocupantes*. Enquanto a década de 50 caracterizou-se por um aumento absoluto muito mais rápido das fazendas de ambas as categorias, o mínimo total de fazendas cresceu ainda mais rapidamente. Daí o fato de que, apesar de que se encontrassem no oeste, em 1960, 86% do total das fazendas do estado exploradas por ocupantes e 95% do total das fazendas do Paraná situadas em terras de propriedade do govêrno, a participação destas no total de fazendas do oeste tivesse declinado substancialmente, ainda que se mantivesse em 31 e 28% respectivamente. Durante o mesmo período, as fazendas exploradas por ocupantes e as situadas em terras do govêrno tiveram apenas importância secundária no norte (6 e 2% respectivamente no seu auge em 1950), graças a sua colonização organizada de forma bem mais ordenada; mas, enquanto em 1950 essas duas categorias eram tanto mais significativas quanto mais nova era a zona, em 1960 se limitavam àquelas áreas periféricas e menos desejáveis das zonas mais antigas que tinham sido deixadas para trás na marcha original da colonização.

Durante o período 1940-1960, a participação do café do Paraná na produção brasileira total aumentou de 7 para 52%. A área do estado utilizada para culturas permanentes foi multiplicada por 8, sendo que 87% desse aumento se deu no norte, e o resto no oeste na medida em que o café se deslocava para o sul do rio Ivaí. Em 1960, 85% das terras do Paraná utilizadas para culturas puramente se situavam no norte, onde 36% do total de terras agrícolas estavam plantadas com café ou outras culturas permanentes. Em 1960, não somente 50% das terras agrícolas do norte estavam sendo cultivadas, mas também 73% dessa terra cultivada estava plantada com cafeeiros, o que, juntamente com o desmatamento maciço da terra, representava um investimento de capital na terra. Entre 1940 e 1960 a área total de lavouras do Paraná aumentava de 6.476.000 acres, 61% dos quais no norte e 31% no oeste. Porém, visto que uma parte tão grande das novas terras de lavoura do norte foi usada para

plantação de café, o aumento que triplicou a área das terras plantadas com culturas temporárias, excluindo-se aquelas intercaladas com o café, se deu em muito maior escala no oeste (52 por cento) do que no norte (30 por cento). Em 1950, antes da expansão do oeste ter tido grande impacto o norte produzia 98% do algodão do estado, 85% do arroz (do qual a quarta parte era intercalada), 72% do feijão (3/4 do qual intercalado), 79% do açúcar de cana e 46% do milho (1/3 do qual intercalado). Porém, durante o período de 1950 a 1963, a contribuição do oeste para a produção agrícola do Paraná aumentou de 8 para 32% para o feijão, de 4 para 28% para o arroz, de 21 para 27% para o milho, e de 0,2 para 20% para o algodão, com o correspondente declínio de participação do norte, exceto para o milho. Porém, em 1963 (média de 1962-64), as duas novas regiões juntas produziam 100% do algodão do estado, 86% do arroz e do feijão e 79% do milho. Em consequência disto, nos primeiros anos da década de 1960, o Paraná produzia 24% da produção total brasileira de feijão, 17% da produção de milho, 15 por cento da produção de algodão e 7% do arroz.¹⁰

Durante o período de 1940 a 1960, a área de pastagens naturais permaneceu quase constante, pois a tendência em transformar as áreas principais de campos em terras de lavoura foi contrabalançada pelas quantidades limitadas de pastagens naturais que resultaram da expansão do oeste e do norte. Muito mais importante foi o aumento das pastagens artificiais cuja área quase duplicou. Em 1950, 83% das pastagens artificiais do estado estavam situadas ao norte e 7% a oeste; em 1960, essas pastagens eram respectivamente de 62 e 33%. Graças a essas pastagens de qualidade superior o gado do Paraná quadruplicou de 1940 a 1960, o norte tendo contribuído com 64 e oeste com 28% desse aumento. Durante as duas décadas, a participação do norte no total do gado bovino do estado aumentou de 11 para 49%, e a participação do oeste (depois de cair de 33 para 23% na década de 50) mantinha-se em 30% em 1960. Nesse meio tempo, a produção de suínos do Paraná se expandia quase que proporcionalmente ao aumento acelerado da produção de milho. O gado suíno do Paraná mais do que triplicou entre 1940 e 1960 e em 1965 o total de cabeças

¹⁰ Os dados de produção agrícola de 1950 foram tirados do Censo Agrícola de 1950 e, visto que faltaram ainda tais dados do Censo de 1960, utilizamos os dados médios de 1962-64 do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Versão preliminar. Rio de Janeiro, Março de 1967, tomo IV, vol. I, p. 109, 130, 161 e 173. Ajustamos estes últimos dados (apresentados em percentagens) para fazê-los coincidir, aproximadamente, com as nossas regiões.

era 5 vezes mais do que em 1940, subindo assim a participação do Paraná no total do rebanho suíno do Brasil neste quarto de século de 8,8 para 12,5%. Durante o mesmo período, a participação do norte no rebanho total do Estado subiu de 34% para uns 50 e a do oeste de 22% para 40 ou mais.

Como resultado dessa expansão espetacular da produção agropecuária no norte e no oeste, a força de trabalho nas fazendas do Paraná quadruplicou entre 1940 e 1960, de tal forma que excedia a um milhão em 1960 (Censo Agrícola). Para este grande novo aumento do emprego no setor rural o norte contribuiu com 59% e o oeste com 31%. As duas novas regiões juntas aumentaram a sua participação no total da força de trabalho rural do estado de 45 para 80 por cento durante as duas décadas; período em que a sua participação na população total do Estado subiu de 39 para 72%. Ao mesmo tempo, enquanto aumentava rapidamente o número de cidades e outros centros urbanos no Paraná, era no norte e no oeste que se encontravam a maioria das cidades maiores.

Assim, entre 1940 e 1960, o número de cidades do Paraná que excediam 10.000 habitantes passou de 4 para 15, sendo que para este acréscimo o leste somente contribuiu com 3 cidades, o norte com 7 e o oeste com uma. Durante o mesmo período, o número de cidades com população de 5.000 a 10.000 habitantes subiu de 4 para 35, aumento para o qual o leste contribuiu com apenas 5 comparativamente ao norte com 19 e o oeste com 7, muitas das últimas alcançando entre 10 e 20 anos populações que somente 14 cidades do leste tinham alcançado em várias décadas e até séculos.

Em 1960, seis das dez maiores cidades do Paraná estavam situadas no norte. Curitiba, capital do estado, era de longe a maior cidade, tendo crescido de 99.000 habitantes para 345.000 entre 1940 e 1960. Ponta Grossa mantinha-se no segundo lugar com 78.000 (29.000 em 1940) habitantes, mas seguida de perto por Londrina. Londrina, que surgira da floresta virgem para tornar-se a quarta cidade do Paraná na década dos 30, continuou a ter um crescimento demográfico explosivo, passando de 10.500 para 74.000 habitantes de 1940 a 1960; em 1965 já ultrapassava Ponta Grossa tornando-se a segunda cidade do estado. O crescimento de Maringá, situada no norte, foi ainda mais espetacular. Não existia em 1940, mas passou de 7.000 para 42.000 habitantes na década de 50 (em 1960 já era a quarta cidade do Paraná) e em 1965 tinha uma população de 65.000

habitantes, passando, pois, a ameaçar perigosamente a posição de capital regional do norte que até então Londrina ocupava sem discussão. A antiga cidade e pôrto de Paranaguá, cujos 13.000 habitantes em 1940 eram suficientes para garantir-lhe o terceiro lugar, em 1960 já caíra para o quinto com uma população de 28.000 habitantes, colocação ameaçada por mais três cidades do norte, Paranaíba, Araçongas e Apucarana que em 20-25 anos tinham alcançado 21.000 a 22.000 habitantes cada uma. O surgimento espetacular de Londrina criou um ambiente tão favorável para os imóveis urbanos que uma verdadeira indústria dedicada à criação de novas cidades no norte do Paraná desenvolveu-se rapidamente. Através de numerosos escritórios em São Paulo, pequenos lotes urbanos foram vendidos a milhares de compradores que esperavam participar do crescimento de uma nova Londrina. Suas esperanças de enormes lucros especulativos se realizaram em casos muito mais numerosos do que os que geralmente acontecem na história de altos e baixos das épocas de prosperidade dos bens imóveis.

Por volta de 1961, oito dos maiores centros bancários do Paraná estavam localizados no norte, com Londrina e Maringá tendo uma demanda total de crédito e depósitos a prazo inferiores somente aos de Curitiba. O valor total adicionado pelas manufaturas de Londrina e Maringá era também inferior apenas ao de Curitiba. Nessa época, 80% do valor total adicionado pelas manufaturas de todo o Paraná concentrava-se nos municípios que tinham uma cidade de 5.000 habitantes ou mais, municípios estes que representavam 55% da população total do estado. Tais municípios do leste (dominados por Curitiba e Ponta Grossa) participaram com 37% da população total. Os municípios correspondentes do norte (liderados por Londrina, Maringá e Cambé) já tinham uma participação percentual de 34%, no valor adicionado total, bem acima de sua participação na população total (26%). Somente no oeste tinha-se uma relação adversa (respectivamente 9 e 12%). Em outros indicadores, tais como comércio varejista e atacadista, o norte estava também dando rápidos passos, na medida em que o seu desenvolvimento industrial-urbano generalizado seguia o desenvolvimento agrícola inicial.

Graças ao notável crescimento de sua agricultura (especialmente no norte) assim como a um significativo progresso industrial (tanto do leste como do norte), o Paraná aumentou a sua renda *per capita* de 232 dólares para 377 durante o período de 1947 a 1960, aumento bem superior ao do Brasil como um todo que foi de 51%. Com base principalmente na agricultura, o Paraná colocou-se em quarto lugar em renda *per capita*

depois da Guanabara (cidade do Rio de Janeiro), São Paulo, e Rio Grande do Sul dentre os 21 estados do Brasil. Assim, após séculos de quase-estagnação e inércia, o Paraná lançou-se no seletivo grupo dos estados em rápido desenvolvimento do sul da nação.

7. Conclusões

Com exceção do árido sertão do Nordeste que foi colonizado de forma definitiva mas esporádica, relativamente cedo, a fronteira agrícola no Brasil durante muito tempo desempenhou papel apenas secundário para o desenvolvimento do país comparativamente aos Estados Unidos. Por muito mais tempo do que os Estados Unidos o Nordeste do Brasil, equivalente ao sul do Tidewater dos E.U.A., predominou, social e economicamente. O desenvolvimento inicial dos E.U.A. foi muito mais equilibrado, tendo-se baseado num desenvolvimento quase simultâneo das exportações agrícolas do Sul, da construção naval e produção manufatureira da Nova Inglaterra e da produção de alimentos baratos no Midwest. O resultado disso foi que a filosofia aristocrática e agrária que predominava nas plantações do Sul, baseadas no trabalho escravo, teve que enfrentar forças competidoras cada vez mais fortes e idéias sociais que, (culminando com a Guerra Civil), a impedissem de dominar toda a nação. À semelhança do Nordeste do Brasil, o Sul dos Estados Unidos contentou-se por muito tempo em especializar-se na produção de produtos primários para exportação, não desejando o desenvolvimento industrial-urbano nem para ele nem para a Nova Inglaterra (através da proteção aduaneira). Também não via com bons olhos as influências democratizantes na política nacional em relação à imigração, ao ensino público e às melhorias internas financiadas pelo estrangeiro que o padrão igualitário de colonização da terra no Midwest tornava politicamente inevitáveis. Não obstante, em grande parte por causa da diluição de seu poder político, que resultou da expansão da fronteira agrícola do Midwest, o Sul dos Estados Unidos teve que se curvar ante outros interesses regionais e setoriais bem antes que o surgimento do café desse ao Sul do Brasil, que por longo tempo permanecera estagnado, a oportunidade de substituir o Nordeste em termos de predomínio político-econômico.

¹¹ Os dados de renda *per capita* foram tirados do livro de BAER, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, Inc., 1965, quadro 7-7, p. 170. Em termos percentuais em relação à média nacional, a renda *per capita* do Paraná aumentou de 103 para 111, durante o período de 1947 a 1960. A renda relativa de São Paulo declinou ligeiramente de 184 a 178 por cento, apesar de que sua renda real *per capita* tinha aumentado de 414 dólares para 615 no mesmo período.

Da mesma forma que no Midwest americano 50 a 70 anos antes, o desenvolvimento agrícola do Sul do Brasil pôde evitar vários dos efeitos sociais desfavoráveis que decorrem de uma sociedade agrária baseada no trabalho escravo, tendo progredido com base em substancial investimento em capital, numa elevada taxa de formação de capital, numa classe empresarial rural muito capaz e num influxo numeroso e valioso de trabalho imigrante livre. Pela primeira vez na história do Brasil, um grande excedente agrícola, uma vez produzido, foi utilizado para o desenvolvimento econômico geral, inicialmente sob a forma de ampliação das ferrovias ao longo das quais a fronteira agrícola recuava rapidamente, com o concomitante desenvolvimento agrícola; mais tarde, esse excedente foi voltado para o desenvolvimento industrial-urbano, que ao proporcionar mercados crescentes e uma infra-estrutura sempre melhorada, estimulou por sua vez a agricultura da região. O Estado de São Paulo foi, no início desse processo, o principal beneficiário, mas o último efeito deste foi acelerar a colonização das numerosas fronteiras agrícolas dos estados vizinhos enquanto entravam gradualmente na órbita econômica de São Paulo, todo o Sul e o Centro-Oeste. Assim, entre 1940 e 1960, uns 3.000.000 de imigrantes internos — na maior parte do setor rural de um estado para o setor rural do outro, mudaram-se para o Paraná, Goiás, Triângulo Mineiro e Mato Grosso, sendo que para o Paraná 1.932.000, seguidos no período de 1960 a 1965 por mais 812.000. Da mesma forma que em São Paulo 50 anos antes, foi o impulso do café que provocou uma ocupação tão rápida do norte do Paraná, apesar de que tivesse importância secundária na colonização do oeste do Paraná e de outras fronteiras agrícolas do Sul.

Como nos Estados Unidos, essas fronteiras agrícolas do Sul do Brasil serviram para permitir que vários imigrantes internos tivessem grau considerável de ascensão social impedindo que o Brasil (especialmente o Sul), se tornasse a sociedade fechada com a qual tão comumente é identificado. Por outro lado, já tendo atingido o estágio de uma economia rural com abundância de trabalho e com um desemprego na agricultura muito acentuado, a maior parte do Brasil (como o Sul dos Estados Unidos) necessita de uma expansão de emprego não-agrícola bem maior do que ofereceu o seu recente desenvolvimento industrial impressionante, mas indevidamente poupado de mão-de-obra. Não obstante, a imigração tem servido de importante *válvula de segurança* contra a superpopulação rural nas regiões de renda mais baixa, com a migração interna do setor rural de um estado para o setor rural de outro estado proporcionando freqüente-

mente a oportunidade para melhorias de *status* econômico mais acentuadas do que aquelas proporcionadas pela migração mais comumente reconhecida do setor rural para o setor urbano. Visto que as últimas fronteiras agrícolas que ainda restam no Brasil, fora da difícil Região Amazônica, provavelmente terão sido ocupadas daqui a uma geração, sua existência atual pode servir apenas como adiamento temporário e parcial da necessidade contínua de uma rápida expansão (e maior dispersão regional) do emprêgo não-agrícola. Entretanto, porém, tem sido um fenômeno muito impressionante e significativo a rapidez com que os brasileiros vêm há muito fazendo recuar cada vez mais a sua fronteira agrícola, processo cada vez mais acelerado na medida em que a rêde rodoviária está integrando numa única economia regional o Sul inteiro e o Centro-Oeste, com impacto crescente sôbre o Norte e o Nordeste.

Ao mesmo tempo, da mesma forma que nos Estados Unidos um século antes, a existência no Brasil de vastos espaços vazios não levou à conservação da terra e das florestas. A ilusão de uma inesgotável oferta de terra estimula a exploração de novas terras até que estas se esgotam e vão sendo abandonadas em face de terras ainda mais novas, cujo alto rendimento inicial das lavouras tende a contrabalançar os baixos rendimentos das terras mais antigas. Sômente, na medida em que os custos de transportes mais do que contrabalançam a sua superior fertilidade natural, é que práticas como a conservação do solo e a utilização de fertilizantes e outros substitutos da terra tornam-se econômicas nas regiões mais antigas. Apenas uma pequena parte do Brasil já atingiu êsse estágio apesar de que áreas antigas tais como o Vale do Paraíba e Ribeirão Preto, dada a sua localização favorável em relação às principais cidades de produtos perecíveis, estão atualmente levando a cabo o mesmo tipo de reabilitação agrícola que ocorreu na Nova Inglaterra numa época já avançada de sua história.

Tanto a agricultura do norte quanto a do leste do Paraná estão, claramente, ainda num estágio de exploração exaustiva baseada na elevada fertilidade dos solos recentemente ganhos à floresta. Com técnicas agrícolas ainda quase que exclusivamente manuais, essas novas regiões ainda não tiveram que enfrentar os problemas de preservação de solo através de sistemas racionais de rotação de culturas e de conservação dos solos, do uso efetivo de estêrco e de fertilizantes comercializados, de métodos de cultura melhores de uma maneira geral. Porém, os fazendeiros do norte certamente, e com menos certeza os do oeste, para os quais muito de

seu futuro ainda depende de melhorias futuras na rede rodoviária, estão suficientemente integrados na corrente principal da agricultura relativamente adiantada do Sul para que se espere que eles possam fazer a transição para uma agricultura mais conservadora e progressista quando surgir a necessidade.

De qualquer forma, segundo um recente estudo da agricultura de Maringá, Ruy Miller Paiva e eu descobrimos que (ao menos num sentido amplo, dada a nossa pequena amostra) a alocação dos fatores terra, trabalho e capital no norte do Paraná, dado os preços vigentes dos fatores e dos produtos, está provavelmente mais perto do ótimo do que em quase todas as outras partes do país. Certamente as condições no norte foram excepcionalmente propícias para que se obtivessem resultados relativamente eficientes. Em primeiro lugar, desde o começo da sua colonização e de seu desenvolvimento, o norte beneficiou-se do *know-how* acumulado ao longo do tempo e que foi transferido *fisicamente* para a região, proveniente do antigo e relativamente eficiente setor cafeeiro de São Paulo e, em menor escala, dos setores de criação de gado bovino e suíno de melhor qualidade do Rio Grande do Sul e outros estados do Sul. Em segundo lugar, o relativo atraso dos serviços agrícolas do Estado do Paraná foi de pouca importância, tanto menor quanto a relativamente adiantada pesquisa agrícola de São Paulo assim como seus serviços de desenvolvimento estavam facilmente disponíveis e eram facilmente adaptáveis ao norte do Paraná. Em terceiro lugar, as perspectivas de lucros fabulosos do café eram tais que o capital paulista e de outras partes do Brasil afluía livremente para a região, não somente para o rápido desenvolvimento da terra e formação de cafezais e pastagens artificiais, como também para prover a região de toda a necessária infra-estrutura em termos de facilidades de transporte e de comercialização, de instituições financeiras e de crédito, e de desenvolvimento urbano.

Em quarto lugar, principalmente graças ao esquema de colonização bem concebido e bem executado pela principal companhia particular de terras do norte, a falta inicial de força de trabalho nas fazendas foi rapidamente suprimida, na medida em que as oportunidades para a obtenção de propriedades de terras e de condições mais vantajosas de emprego e de posse da terra trouxeram vaga sobre vaga de imigrantes, muitos dos quais já conheciam bem a cultura do café e a criação de gado. Finalmente, a rapidez com a qual o desenvolvimento urbano (comercial e industrial) seguiu o desenvolvimento da agricultura tornou menos difícil a absorção

de qualquer excesso de imigrantes em empresas não-agrícolas, seja em tempo integral, seja de maneira contracíclica, em virtude de variações estacionais na demanda do trabalho, enquanto os salários rurais eram mantidos em níveis relativamente elevados. Sob condições tão excepcionalmente favoráveis, a gradualmente reforçada na medida em que o Estado do Paraná também passou a assumir a responsabilidade cada vez maior pelo desenvolvimento das rodovias, ensino público e outros serviços sociais, não é de surpreender que a agricultura do norte tenha sido capaz de conseguir uma utilização de recursos bem próxima do ótimo, com uma disposição estrutural em que as fazendas de tamanho moderado eram mais uma vantagem do que uma desvantagem.

No que toca o norte do Paraná, a única nuvem que vem perturbar um quadro tão ensolarado é a questão da frequência com que a região é assolada por geadas, que podem ter efeitos desastrosos sobre o café. Durante o período de 1949 a 1969, o norte sofreu cinco geadas cada uma das quais interrompeu a produção do café por um período de 1 a 3 anos, dependendo de seu rigor local. Tais geadas, que somente tinham sido um problema ocasional em São Paulo, têm sido tanto mais rigorosas quanto mais se vai para o oeste e o sul da região norte do Paraná. Assim, a rigorosa geada de 1963 (que sucedeu a outra menos violenta em 1962) afetou até certo ponto 44% dos cafeeiros a leste do rio Tibagi, 64% na zona de Londrina até Maringá e 77% para o oeste e sul de Maringá.¹² Porém, a violentíssima geada de 1969 teve alta incidência até mesmo muito perto de Londrina, suscitando novas dúvidas quanto à adequação ecológica do norte para a produção de café. Porém, no nosso próprio estudo sobre Maringá, mesmo deixando margem para uma frequência de geadas bem

¹² As percentagens correspondentes para os pés de café mais seriamente atingidos (acarretando uma interrupção de 3 anos na produção) foram respectivamente 16,30 e 53%. (INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. *Cafeicultura no Paraná*. Rio de Janeiro, 1964, p. 129.)

No período de 1958 a 1962, enquanto a produção do norte do Paraná foi multiplicada por cinco, os estoques de café do Brasil novamente excederam o consumo total de dois anos. Em consequência, o governo brasileiro tentou erradicar 2 bilhões de pés de café de baixo rendimento através de um sistema de subsídios, que só permitia plantar um novo pé para cada três erradicados e estimulava a transformação das terras de café assim liberados em áreas voltadas para a produção de gêneros alimentícios. Entre junho de 1962 e abril de 1967, perto de 1.379 milhões de pés de café (aproximadamente o número total de pés do Paraná em 1963) foram erradicados, e destes, 250 milhões (18% do total) foram erradicados no Paraná. Inicialmente, a maioria destes pés erradicados no Paraná eram pés relativamente antigos da Zona Velha, mas, em consequência das geadas sucessivas de 1962 e 1963, muitos fazendeiros das zonas mais novas, por causa dessa experiência desfavorável, participaram também do programa. Os efeitos desse programa sobre a capacidade de produção de café ainda são algo incertas, apesar de que a produção média de café no Brasil entre 1965 e 1967 tenha sido inferior em 25% à elevada média de 1961-63, enquanto que a média de 1963 e 1967 (sendo que duas das cinco colheitas foram precedidas de geadas)

mais elevada do que aquela que a maioria dos brasileiros teria considerado razoável antes da geada de 1969, concluímos que, dado os preços relativos e os valores da terra em 1963, ainda era mais lucrativo, em vez de diversificar a sua utilização, manter plantada com café aquela terra que permaneceu com tal cultura depois que os fazendeiros locais ajustaram a utilização de suas terras em consequência da geada de 1962 (principalmente transformando em pastagens naturais aquelas áreas de onde o café fôra erradicado). A nossa análise estatística foi inconclusiva quanto à questão de se saber se a transformação em pastagens artificiais das terras plantadas com café foi uma melhor alocação do fator terra do que a sua utilização na produção de alimentos ou de culturas industriais. Não obstante, os efeitos sociais indesejáveis são normais na agricultura, já sujeita a extrema instabilidade em vista das safras de café largamente flutuantes.

— Na medida em que a freqüência e rigor das geadas força uma redução futura na área plantada de cafêzais, uma expansão tanto das culturas de colheita anual quanto das pastagens artificiais dará alguma estabilidade adicional à renda local do setor agrícola, apesar de o nível tanto da renda quanto do emprêgo neste setor poder ser reduzido consideravelmente. Porém, parece não restar dúvida de que, mesmo que o norte venha a se tornar mais diversificado pela redução de sua dependência do café, seus ricos solos, chuvas regulares e o fácil acesso aos melhores mercados urbanos do Brasil bastam para assegurar a continuidade da sua prosperidade, mesmo que essa região não faça no futuro inteiramente juz à sua fabulosa reputação.

O futuro do oeste do Paraná é meio problemático. Muito vai depender da rapidez com que a sua rêde de rodovias se estender para dar-lhe acesso a mercados urbanos. Além do mais, até mesmo mais do que o Norte, o oeste necessita da expansão dos serviços agrícolas governamentais que podem trazer aos proprietários de terras da região (que são tipicamente pequenos e médios proprietários) as inovações, especialmente no campo

foi inferior em 31% à média 1958-62, e apenas 9,7% superior à média de 1954-1958 (período em que também 2 colheitas seguiram-se a geadas). Durante o período de 1962 a 1965, grande parte da terra de onde o café foi erradicado sob estímulo do programa governamental, passou a ser utilizada para pastagens artificiais, em detrimento da cultura de gêneros alimentícios, diversificação esta não mais permitida entre 1966 e 1967. Porém, os objetivos do programa quanto à diversificação de culturas tiveram apenas sucesso moderado e, conseqüentemente, não foi bem sucedida a tentativa de se evitar uma queda considerável no emprêgo rural. Resumo de um artigo não-publicado de autoria de Kenneth D. Frederick, *Contrôles de Produção com Base no Acôrdo Internacional do Café: Uma avaliação dos Programas do Brasil* (USAID).

mais complexo da produção agropecuária, necessárias ao aumento de eficiência e de rentabilidade de suas atividades nas fazendas. Até agora, essas novas regiões do Paraná devem a maior parte de seu espetacular desenvolvimento agrícola, e também a sua colonização notavelmente bem sucedida, a recursos empresariais e financeiros particulares. Se os órgãos governamentais nacionais e estaduais, especialmente aqueles ligados ao campo da pesquisa e da extensão rural, forem finalmente financiados e providos de pessoal capaz, de forma adequada, essas fantásticas novas regiões podem enfim vir a tornar realidade a localização do Eldorado, que por 20 a 50 anos tiveram fama de ser.